



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos sete dias do mês de abril do ano dois mil e catorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Nona Sessão Ordinária do Segundo Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 3 de abril último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Doutor Ary Augusto Reis de Macedo (1), Benedito José do Couto (2), Professor Cinoê Duzo (3), Daniel Gasparini dos Santos (4), Daniela Dalben Mota (5), Dayane Amaro Costa (6), João Antônio Pires Gonçalves (7), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (8), Laércio Rocha Pires (9), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Professor Luiz Antônio Guarnieri (12), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17, conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providência, o Sr. Presidente suspendeu a sessão às 18h35 para receber em plenário o Presidente e o Advogado do Sindicato dos Servidores Públicos. Reaberta a sessão às 19h05, o Presidente, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da Oitava Sessão Ordinária, realizada em vinte e quatro de março último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 21, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 10 e Ofício nº 10, ambos datados de 21.3.2014, “tombando como patrimônio histórico a linotipo, maquinário símbolo da imprensa escrita, instalada no Espaço Cidadão”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 2. Projeto de Lei nº 22, de 2014, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “alterando dispositivo da lei nº 4.704/09, sobre o programa de subsídio ao transporte de estudantes do ensino médio, técnico profissionalizante, graduação e pós-graduação”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 3. Projeto de Lei nº 23, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 14 e Ofício nº 15, ambos datados de 2.4.2014, “autorizando o Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal na ordem de R\$ 21.183.898,42 e oferecer garantias para implantação do programa ‘Saneamento para Todos’”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 4. Projeto de Lei nº 24, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 12 e Ofício nº 12, ambos datados de 2.4.2014, “dispondo sobre a incorporação ao perímetro urbano do Município de área de terreno de propriedade de Edgard Aparecido Leme de Araújo”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 5. Projeto de Lei nº 25, de 2014, do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 13 e Ofício nº 13, ambos datados de 2.4.2014, “dispondo sobre regularização de construções clandestinas e irregularidades no perímetro urbano de Mogi Mirim e dá outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 6. Projeto de Lei nº 26, de 2014, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 15 e Ofício nº 15, ambos datados de 4.4.2014, “dispondo revogação das Leis nºs 3653/02, 4372/07 e 4545/08, relativas à doação de área Municipal à RM de Mogi Mirim Indústria e Comércio Ltda. - EPPs”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 7. Balancete da Receita e despesa de Janeiro de 2014 da Prefeitura Municipal; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 174, 175, 176 e 177, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, solicitando “informações sobre providências de combate a enchentes da rua Humberto Fritella, Parque Novacoop; informações sobre a existência de plano municipal de educação; informações sobre a existência de plano Municipal de cultura; criação de zonas especiais de interesse social nos bairros Novacoop, Jardim Europa e Parque Flamboyant”; nºs 178, 179, 180, 183, 184, 191, 195, 202 e 209, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “reiteração da Indicação nº 131, que solicita construção de muro ao redor da Emeb “Ana Isabel da Costa Ferreira; reiterando a Indicação nº 608; reiterando a Indicação nº 474; reiterando o Requerimento nº 702; informações sobre o andamento de obras de revitalização e reforma do zoológico Municipal; reiterando a Indicação nº 564; sinalização de trânsito e semáforos na rodovia Deputado Nagib Chaib, nº 2255; informações do Prefeito e do presidente do Saae sobre os valores abusivos das contas de água; e implantação do programa ‘Refis Saae’, programa de negociação e renegociação aos Municípios”; nºs 181 e 193, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando “que o Presidente da Casa realize processo licitatório para contratação de intérprete de Libras para as sessões da Casa; informações sobre os benefícios de insalubridade e periculosidade dos tratadores do Zoológico Municipal”; nº 182, 188 e 189, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “informações sobre a falta de anestésico para castrações e procedimentos cirúrgicos no centro de controle de zoonoses; reiterando a Indicação nº 124; informações sobre o número de animais doados em 2014”; nºs 185,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

186, 187, 203, 204, 205, 206 e 207, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “cópia do procedimento licitatório pregão nº 106/13; seja encaminhado ao Ministério Público o pedido de informações de faturamento de obra na Praça Márcio Cardoso, zona leste; inclusão de proposta de servidores da Saúde no plano de carreira a ser enviado para a Casa Legislativa; estudos para a revitalização da zona central da cidade; cópia do contrato entre a Prefeitura e a Tecnopark; cópia do contrato entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde e a empresa Tiges; cópia do contrato entre o Consorcio Intermunicipal de Saúde e a empresa Maestro sistemas Públicos Ltda.; cópia do contrato com o Escritório Contábil Capra”; nº 192, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando “cópia do contrato de locação do imóvel onde está instalada a Secretaria de Agricultura”; nº 196, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando “audiência pública no dia 8 de maio, às 19 horas, para a realização de plano diretor de cultura para o Município”; nº 197, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando “informações sobre áreas institucionais no Jardim Quartieri”; nºs 198, 199, 200 e 201, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando “informações a respeito da entrega de cestas básicas aos servidores públicos; convocando a Secretária de Administração e Finanças e o Ouvidor Municipal, respectivamente, Elisanita Aparecida de Moraes e Paulo Menna Barretto de Araújo para o dia 14 de abril, às 18h30, para prestar esclarecimentos acerca de denúncia e participação de Vereadores na máfia do ISS; informação a respeito das execuções fiscais de pessoas físicas e jurídicas dos anos 2011 a 2013; e requer estudos para dotar de mão única a rua do Rosário, trecho entre as ruas José Bonifácio e Ulhoa Cintra”; nº 210, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando “alteração nos horários de atendimento na UBS da Santa Clara”. **Observação:** o Requerimento nº 190, do Vereador Waldemar Marcurio Filho e Outros, solicitando “informações do Conselho Tutelar e do CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente sobre a agressão à criança de 10 anos pelo Conselheiro Luís Carlos Pinto” foi pedido para discutir pela Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES**: nº 21, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “de pesar pelo falecimento do Senhor Amílcar Abner de Campos Adorno”; nº 22, do Vereador Professor Cinoê Duzo “de congratulações e aplausos com o Clube goiano pela equipe FreePlay de Natação ter conquistado 22 medalhas nos torneios da Delegacia da Federação Aquática Paulista”; nº 23, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “de pesar pelo falecimento do Senhor Milton Antônio Vital”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nº 216, 231, 233, 234, 236 e 237, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “rampas de acesso na Praça de Santana, Jardim Paulista; instalação de aparelhos de ar condicionado na Biblioteca Pública Municipal; instalação de rampas de acesso nos banheiros do zoológico Municipal; placas em Braille no Zoológico; instalação de pisos de alerta em torno dos telefones públicos; aumento de policiamento na extensão do Jardim Murayama III”; nº 218, 248, 249 e 254, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “abertura da boca de lobo localizada na rua Jairo Aparecido Vilela, nº 371, Jardim Sbeghen; realização do programa de moradia rural e reforma rural; incentivo ao servidor público às atividades culturais; instituição de ingressos gratuitos e meia entrada para profissionais da Segurança e seus familiares; placa de trânsito e redutores de velocidade na Avenida Caetano Schincariol”; nºs 220, 221, 226, 227, 228, 229 e 230, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “implantação de sinalizadores na entrada da cidade, disponibilização de veículo para a equipe do Proerd; lombada no final da Avenida Brasil, cruzamento com a rua Projetada; limpeza e retirada de lixo da rua Professor Alayde de Melo, Jardim Patrícia; recapeamento da rua Professora Helena Romanello de Campos, Jardim Patrícia; limpeza e roçagem em área próxima ao Aeroclube; transferência da Van da Secretaria de Saúde para a Secretaria de sustentabilidade Ambiental para ser utilizada no resgate de animais e apoio a feiras de doação de animais”; nºs 222 e 223, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando ao Prefeito, respectivamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“instalação de rampas de acesso no posto de saúde de Martim Francisco; melhorias de acessibilidade na quadra da Praça Harmonia e Justiça, Bairro Flamboyant”; nº 224, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “recapamento e tapa-buracos a rua Nossa Senhora Aparecida, Vila Eunice”; nº 225 e 251, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “lombada na rua Emílio José Pacini, nº 96, Sehac; adequação do trânsito da rua 7 de Setembro”; nºs 232 e 235, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “retirada de placa na rua Rio de Janeiro, por induzir a engano o motorista; limpeza nas calçadas e meio-fio da rua Ministro Cunha Canto”; nº 238, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “lombada na rua Amélia de Camargo Azevedo, Jardim Linda Chaib”; nºs 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246 e 247, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “limpeza e conserto da calçada da rua Vereador Stanislau Dias, Bairro Eugênio Mazon; manutenção da tampa do bueiro da rua Aruak, Mogi Mirim II; limpeza de bueiro da rua Alcindo Pissinatti, Bairro Eugênio Mazon; vazamento de água no final da rua Alcindo Pissinatti, Bairro Eugênio Mazon; limpeza e construção de calçada na rua Aruak, Mogi Mirim II; limpeza e manutenção no complexo esportivo “Maria Paula Bueno” redutores de velocidade nas ruas Érico Veríssimo e Amélia Camargo de Azevedo, Jardim Linda Chaib; manutenção das margens e substituição de placas de sinalização na rodovia Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos; limpeza das margens na mesma rodovia”; nº 250, do Vereador Professor Cinoê Duzo, indicando “reestruturação dos salários dos médicos e professores da rede Municipal”; nº 253, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “manutenção de calçadas na área central”; nºs 255 a 266, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, indicando, respectivamente, “limpeza de sarjeta e calçada na rua Itororó, nº 484; idem ao longo da Avenida da Saúde; idem na rua Yara Leonor da Costa Manso; idem na rua Elias Ajub; idem na rua João Carlos da Cunha Canto; idem na Praça Ibrantina Cardona, nº 134; reparo de vazamento na rua João Carlos da Cunha Canto; melhoria na sinalização de trânsito da rua Joaquim da Silveira Cintra, Jardim Cintra; corte de vegetação no entroncamento da Avenida da Saúde com rua Adamo Pieri; idem na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Praça José Benedito de Moraes idem no final da rua Otávio Cerrutti; idem na rua Rio de Janeiro”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA:** Ofícios n°s 240 a 242, 245, 246 a 256 a 268, 270 a 274, 286 a 290, 292 a 295 a 299, datados de 20, 25, 26, 27, 28 e 31 de março, 1° a 3 de abril últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, respondendo às proposições dos Vereadores: Requerimentos: n° 31, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; n° 94, 90, do Vereador Luís Roberto Tavares; n°s 53, 84, 120, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; n° 81, 119, da Vereadora Dayane Amaro Costa; n° 805, o Vereador Professor Cinoê Duzo; n° 77, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; n° 133, da Vereadora Daniela Dalben Mota; n° 40, do Vereador Laércio Rocha Pires; n° 673, do Vereador Waldemar Marcurio Filho. Indicações: n°s 5, 121, 153, 154, 178 e 298, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; n° 723, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; n° 38, 77, 109, 111, 125, 161, 163, 123, 127 e 924, do Vereador Luís Roberto Tavares; n° 56, 59, 60, 107, 159, 168 e 152, do Vereador Laércio Rocha Pires; n° 137, 173 e 299, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; n° 135 e 109, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; n° 171, do Vereador Benedito José do Couto; n° 175, da Vereadora Dayane Amaro Costa; n° 176 e 165, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; n° 180 e 158, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; (arquivem-se, após dar ciência aos Vereadores interessados). Telegrama de 2 de abril de 2014, do Governador Geraldo Alckmin, “comunicando a liberação de R\$ 50 mil para controle populacional de cães e gatos”; (arquite-se). Comunicado datado de 27 de janeiro de 2014, da Câmara dos Deputados, “informando sobre recursos do orçamento da união pagos ao Município”; (arquite-se). Telegramas datados de 14 a 26 de março e 3 de abril de 2014, do Ministério da Saúde, “informando sobre a liberação de recursos dos programas municipais da Saúde “; (arquivem-se). Ofício n° 1615, da Procuradoria da República do Ministério Público Federal, datado de 11.3.14, “comunicando o declínio da notícia de fato registrada no Requerimento n° 7/14 e encaminhamento do processo para a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Procuradoria Estadual”; (arquite-se, após dar ciência para a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. O primeiro orador regularmente inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, saudou os presentes e comunicou que conseguiu a verba de R\$ 100.000,00 para a cidade, pela intermediação do Deputado Carlos Sampaio, destinada a mais uma Academia ao Ar Livre. O Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, já tomou conhecimento do fato e a luta pela verba já datava desde a antiga legislatura. Em seguida, disse que ouviu a explanação dos representantes do Sindicato de Servidores Públicos e foram pertinentes as explicações, porque alguns processos foram quitados e outros foram recorridos ao Supremo Tribunal Federal. Porém, os funcionários seriam beneficiados, porque já havia vasta jurisprudência sobre o assunto e, com isso, tranquilizou os funcionários hoje presentes às galerias. Mudando de assunto, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio disse que neste ano não haveria a 48ª Romaria dos Cavaleiros, único evento constante do Calendário Estadual de Festejos. O orador concordou que havia sido desvirtuado o objetivo da festa da romaria – confundida com Festa de Peão. Mas essa festa teve início com a vinda do quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para Mogi Mirim e, neste ano, não seria realizada, porque o Padre Carlos, da Matriz de Santa Cruz, comunicou o fato na missa de domingo. Salientou que a Romaria dos Cavaleiros nunca recebeu a colaboração do poder público e não sabia se teria outras edições, configurando numa grande perda cultural. Na sequência, Vereador Luís Roberto Tavares, que saudou os presentes e se referiu às suas proposições protocoladas hoje, a saber, uma área verde no Loteamento Quartieri, que estava sendo usado como meio para a invasão das residências por meliantes. Citou ainda sobre a reforma de calçadas e quadra esportiva no CDHU, danificada por acidente e ainda não reparada, e também a reforma de bocas de lobo em várias ruas da cidade, assim como redutores de velocidade e sinalização de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

trânsito. O Vereador Luís Roberto Tavares disse estar feliz com a situação do Parque das Laranjeiras, que, há 30 anos não recebia melhorias. Entretanto, atualmente, as melhorias estavam saindo e as máquinas faziam a rede de esgoto, guia, sarjeta e asfalto para aquela área tão esquecida pelo poder público. O loteamento Planalto Bela Vista também recebeu sua atenção pelos vários Requerimentos que fez, os quais foram repetidos pelo Vereador Professor Cinoê Duzo. Ainda sobre isso, comunicou que o Pastor da igreja evangélica do bairro, Roberto Bartoni, havia postado no Facebook a situação do Planalto Bela Vista, o que o levou a concitar os pares da Comissão de Regularização de Loteamentos para que fossem ao local para constatar os problemas da falta de urbanização. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo, que disse ter iniciado alguns trabalhos com a Secretaria de Saúde, com vistas a melhorar o atendimento à população e retirar serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde para levar para a Irmandade da Santa casa de Misericórdia de Mogi Mirim, que poderia realizar uma parte dos serviços, com médicos do Município, com especialidade na Oncologia. Em seguida, discursou a Vereadora Daniela Dalben Mota, a qual parabenizou os 70 atletas que representaram a cidade no Jori em Mogi Guaçu, vencendo várias provas e trazendo muitas medalhas. A organização ficou a cargo de Fátima, Dirceu e outros, das Secretarias de Promoção Social, Saúde e Esportes, e também o Clube Mogiano, parceiro dos atletas mogimirianos, todos vencedores só por participarem do evento. O dia de hoje é o Dia Mundial de Saúde e este ano o tema é Doença causada por Vetores, onde a malária causava mais mortes, seguida da dengue, e isso demandava maior conscientização por parte da população, no tocante à prevenção e cuidados, embora o País deixasse a desejar no quesito prevenção. Relatou que nos EUA morriam 23 mil pessoas por ano para as bactérias ainda sem remédios à venda; no Brasil o índice estava mais alto e a construção de estádio para a Copa do Mundo continuava a todo vapor, mesmo com a morte de sete trabalhadores do canteiro de obras. Em seguida, parabenizou Rose Silva pela presidência do Conselho de Saúde e agradeceu o convite para a reunião de capacitação dos conselheiros. Em seguida, citou que esteve em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Brasília para angariar verbas em prol da cidade, relativa à ambulância específica para alguma ação, e não comporia a frota total de veículos da Saúde. Posto isto, encerrou a sua participação. Em seguida, discursou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, o qual saudou os presentes e disse ter requerido a inclusão do Jardim Novacoop e Flamboyant no plano diretor como zona de interesse social, porque assim conseguiria regularizar os bairros. Em seguida, disse que iria concitar os vereadores para acompanhar as obras iniciadas no Parque das Laranjeiras, que receberiam a rede de esgoto do Jardim Linda Chaib. Comunicou que a tubulação das galerias de águas pluviais estava cobrada, só restando as escavações, que exigia paciência dos moradores, mas que traria benefícios. Em seguida, citou a carta do Deputado João Dado, do Partido Solidariedade, que disponibilizou uma Academia ao Ar Livre e uma Ambulância para a cidade. Em seguida, comunicou o recado da ex-Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que apresentou o projeto de planos e carreiras em Brasília, e que viria à Câmara para participar da “Tribuna Livre” e comunicar o fato aos Vereadores, oportunamente. Ato contínuo, discursou o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, o qual saudou os presentes e comunicou ao Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni que iria assinar o requerimento que dizia respeito à regularização dos Loteamentos Novacoop e Flamboyant. Em seguida, esclareceu aos moradores da zona norte que era falso o comentário que o postinho da Santa Clara iria fechar, o que gerou um abaixo-assinado para que isso não ocorresse. Para ele, a notícia falsa era um absurdo, que vinha apenas para atrapalhar a Administração e causava alvoroço na população daquela área. Desta forma, o orador assegurou que o posto iria encerrar o expediente às 19 horas, mas não iria fechar, porque, conforme orientação do Secretário de Saúde, havia ociosidade das 19 às 22 horas. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves disse que iria descobrir quem havia começado com o boato maldoso e encerrou a sua participação na tribuna. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira saudou os presentes e citou sobre suas proposituras protocoladas no dia de hoje, que se referem à manutenção de calçadas, principalmente nos prédios públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Disse que os deficientes e idosos, mesmo as mulheres que usam salto fino, sofriam com os buracos nas calçadas, especialmente defronte o Centro Cultural. Frisou ter ouvido comentários da população sobre a revitalização do centro, e nada ainda foi feito. Em seguida, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira procedeu à leitura do Editorial do Jornal “O Popular”, intitulado “A culpa de quem fiscaliza”, assim descrito: “(...) Nesta semana, os pronunciamentos dos Vereadores João Carteiro e Laércio Rocha Pires foram constrangedores, por transparecerem a ignorância total das prerrogativas constitucionais como também o rebaixamento da linha de raciocínio de seus autores. Na tribuna, acusaram a colega de Casa Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira de ser a responsável pela possível interrupção dos contratos e serviços prestados o Município através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, justamente por ser a autora da denúncia ao Ministério Público das ilegalidades nos pagamentos. No entender dos Vereadores da situação, ao demonstrar o erro, ela prejudicou a população, que ficará sem atendimento até que o caso seja solucionado. Não chega a surpreender que os vereadores da situação ajam dessa maneira. Tem sido assim desde o início da atual Administração, uma obediência cega e sem argumentos, que fere a inteligência dos cidadãos e cria embaraços ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp e sua equipe. Censurar alguém por buscar a legalidade é de uma total incoerência eu não tem a ver com o clima político local. Haveria argumentos possíveis para defender a posição da Prefeitura no caso, mas tudo parece longe do alcance dos parlamentares, que preferem atitudes rasas diante de um problema extremamente sério. (...)”. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira completou sua fala, citando a denúncia feita em 2011 pelos Vereadores Benedito José do Couto e Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, a respeito de gasto irregular de verba em praça pública, o que espelhava que Vereadores da oposição também impetraram ações contra o ex-Prefeito, ainda que, atualmente, compunham uma situação invertida. Posto isto, encerrou a sua participação. Na sequência, falou o Vereador Professor Cinoê Duzo, que saudou os presentes e homenageou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Dentista Doutor Marcelo Dante, que representava a classe odontológica na cidade. O Vereador Professor Cinoê Duzo disse concordar que não há médicos na área da saúde, por culpa da Administração e ficou preocupado com o acúmulo de pastas pelo Vice-Prefeito, já incompetente como tal, na sua avaliação, e pleiteando as pastas da Educação e da Saúde. Sobre a Saúde, disse o Vereador Professor Cinoê Duzo que o povo precisava de melhoramentos, remédios e bom atendimento e não de jalecos, mas o Vice-Prefeito insistia em fazer disso a prioridade, deixando o importante para trás. A seguir, discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa, que saudou os presentes e compartilhou o projeto “Agita Gestante”, porque esteve com o Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, que demonstrou total apoio à causa e já foi deliberada a questão de espaços e atividades, surgindo também a utilização da piscina Municipal, para atividades de baixo impacto para as gestantes. Disse que havia visitado o Zoológico Municipal em companhia de Bárbara, Secretária de Gestão Ambiental, posto que se preocupava com a acessibilidade naquele local. A Vereadora Dayane Amaro Costa disse que encontrou irregularidades, as quais seriam corrigidas, e solicitou placas em Braille e maiores informações sobre os animais que lá estão. Por fim, disse que recebeu notícia de que a Deputada Heroilma Soares Tavares, do PTB, disponibilizou verba de R\$ 150 mil para a Biblioteca Pública Municipal. Disse ela que, mesmo antes de ser Vereadora, admirava o espaço em questão cujos livros a ajudaram nos estudos, e percebeu desde cedo que o prédio não era de fácil acessibilidade ao cadeirante. Desta forma, contatou as Secretarias de Cultura, da Pessoa com Deficiência e de Obras, solicitou a implantação de elevador ou plataforma para que o valor possa ser destinado à adequação de banheiros, da rampa e a colocação de piso tátil, utilizando-se de tal verba. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para saudar os presentes e citar sobre o descaso e a falta de limpeza da cidade, posto que nunca viu a cidade tão mal cuidada como presentemente, com praças com mato alto, ruas com mato na sarjeta e calçadas, entulhos e inúmeros munícipes solicitando a intervenção para que esses serviços sejam prestados. Disse que tais trabalhos eram simples, que deveriam ser cotidianos e rotineiros e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

isso não vinha ocorrendo nos departamentos responsáveis, deixando a cidade feia e abandonada. Prosseguindo, disse que foi ao Condomínio Sílvia Matta de Araújo, onde encontrou-se com Gardinalli e o síndico daquele condomínio de quase 2 mil pessoas, onde ficou registrado o alto índice de acidentes na Avenida Pedro Bottesi, precisamente defronte a portaria do condomínio. Assim, ficou resolvido que deveriam ser colocados radar e redutores de velocidade. Quanto ao funcionalismo público, ele disse que os servidores não poderiam ser lesados e que a Fundação Getúlio Vargas foi muito bem paga para estudar o caso, R\$ 520 mil, e sem licitação. Assim, o orador disse que gostaria de saber dos resultados e não concordava com o reajuste salarial em duas etapas, como no ano passado. Encerrando a sua participação, disse esperar que Elisanita e Paulo Menna Barreto pudessem explicar sobre a denúncia da máfia do ISS, e esperava esclarecimentos o tocante ao apontamento de Vereadores no caso. Ato contínuo, falou o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, que saudou os presentes e ressaltou que a seca atual gerou grande frustração de safra para 2014 e os agricultores estavam com os empréstimos financeiros a vencer. Desta forma, solicitou ao Secretário de Agricultura que interviesse junto às instituições financeiras e ao Governo do estado para que fossem prorrogados os vencimentos das parcelas dos empréstimos com os Bancos. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre o loteamento Parque das Laranjeiras, dizendo aos moradores que esperavam pela escritura definitiva que, através do Deputado Chico Sardelli, possuía um contato direto com a Secretaria de Habitação e conseguiu a informação do Chefe de Gabinete, Edson, de que até o final de abril, o documento estaria assinado, com a possibilidade de o Governador vir para a cidade para fazer a inauguração oficial do loteamento. Desta forma, já houve compra da tubulação e as valetas deveriam ser abertas, bem como a iluminação e asfalto até a rua 31.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Disse se sentir feliz por ter conseguido êxito em sua luta, que era antiga. Em seguida, abordou o assunto relativo ao atendimento do Samu, onde recebeu atendimento sofrível e relatou um problema vivido pelo seu vizinho e criticou o excesso de questionamentos feitos durante uma ocorrência. Solicitou que o trabalho fosse simplificado e o atendimento fosse rápido. Traçando um paralelo, disse que o Samu pertencia ao Estado, enquanto que a Brigada de Incêndio era da cidade e oferecia um atendimento muito melhor e mais rápido que o primeiro. Então, se as reclamações sobre o Samu continuarem, o Vereador Benedito José do Couto disse que iria procurá-los pessoalmente para conhecer o problema de perto e fazer suas sugestões. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer que o Posto de saúde do Distrito não oferecia rampas de acesso a cadeirantes, e iria solicitar tal obra. Em seguida, disse sobre as proposituras que protocolou na noite de hoje, em especial a um assunto polêmico, envolvendo pessoas de um mesmo partido e uma instituição de atendimento excelente, como o Conselho Tutelar, mas que tinha uma maçã podre nela inserido, que não cumpria com o seu juramento de Conselheiro. Relatou que chegou ao seu conhecimento um fato envolvendo um certo Conselheiro – que foi tratado como um caso qualquer por uma colega de Conselho Tutelar, aliás, do mesmo partido político de Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes – e não deveria, pelo simples fato de ter sido praticado por um Conselheiro Tutelar, também do mesmo partido das outras duas citadas. Assim, o caso deveria ser apurado a fundo, responsabilizando esse Conselheiro, filiado ao mesmo partido da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que pediu o adiamento da propositura. Inclua-se no caso que a Vereadora exerce o cargo de assistente social e não deveria protelar a apuração do fato, um crime, a seu ver, cometido por um ex-Guarda Municipal, tido por perigoso e vingativo, o que não o intimidava. O Vereador Waldemar Marcurio Filho se disse indignado pelo corporativismo existente entre três pessoas do mesmo partido político, e que envolvia um Conselheiro Tutelar, e que seu ato merecia apuração, fiscalização e punição, sem delongas. Por fim, registrou o seu repúdio ao ato da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, do mesmo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

partido que o acusado, que pediu o adiamento de sua propositura para apurar o fato. Em seguida, o Vereador Laércio Rocha Pires saudou os presentes e comentou sobre um abaixo-assinado sobre o fechamento do Posto da Santa Clara, posto que criaram um factóide sobre o tema, porque não é intenção da Administração fechar tal posto de Saúde. “Daí, eles vêm com a lorota de que o posto só não fechou porque o abaixo-assinado valeu.” – concluiu o Vereador Laércio Rocha Pires, julgando tal medida como imoral e mentirosa, e reforçando que essa jogada de bastidores já era conhecida e muito mal vista. Sobre o Secretário de Saúde, não o julgava incompetente, como escutou, porque já ocupou muitas pastas Municipais, desde as duas gestões do ex-Prefeito Carlos Nelson Bueno. O Vereador Laércio Rocha Pires louvou o trabalho do Vice-Prefeito e Secretário da Saúde Gerson Rossi, que conseguiu convencer o juiz, protelando para 90 dias a penalidade, tempo para poder reverter o problema. Em seguida, parabenizou o trabalho da Secretaria de Obras, que estavam começando a resolver o problema de limpeza nas ruas. No tocante ao Parque das Laranjeiras, ele disse que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp foi o único Prefeito que teve a coragem de investir no Parque das Laranjeiras e fazer justiça ao trabalho dele à frente do Executivo. Por fim, fez um voto de repúdio ao terrorismo e à mentira que estavam sendo propagados, a fim de denegrir a atual Administração. Em seguida, o Vereador Laércio Rocha Pires disse estar preocupado com o aumento do valor das contas de água e que iria pleitear reunião com o Presidente da Autarquia, para a qual convidou os nobres pares. Em seguida, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para dizer ao Vereador Laércio Rocha Pires que é a hora de o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp mostrar a que veio, no tocante ao projeto de valorização dos funcionários, o que a faria dar crédito ao Prefeito, embora soube que tinha falhas quanto ao salário dos servidores da Saúde. Também viu que as UBSs estavam desestruturadas e sem condições de atendimento, mas o funcionalismo da Saúde deveria ser bem remunerado, e, aí sim, ela, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros daria crédito ao Prefeito Stupp. Em seguida, ela concitou os nobres pares para que estivessem presentes na próxima sessão de segunda-feira,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para receber Elisanita e Paulo Menna Barreto, os quais foram convocados para vir prestarem esclarecimentos aos Vereadores sobre a máfia do ISS, porque alegaram que servidores e Vereadores estavam envolvidos na fraude. A líder Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira justificou o seu pedido de adiamento à propositura do Vereador Waldemar Marcurio Filho porque a lei protegia totalmente a criança. Ela trabalhava na área de Assistência Social e bem sabia que, quando o problema envolvia criança, deveria ser apurado nos bastidores. Em seguida, citou o caso de um menino que se suicidou quando soube que seu caso foi aberto à imprensa, por interesse próprio de alguém, e não da vítima. De modo que não iria responder a processos indenizatórios por ter submetido crianças e adolescentes a situações constrangedoras, motivo pelo qual solicitou o adiamento. Em resposta ao Vereador Waldemar Marcurio Filho, disse que as pessoas envolvidas não eram de seu partido ou amigos, e, mesmo que o fossem, todos sabiam que ela era íntegra e seguia a ética, acima de tudo, além de seguir a lei. Por fim, disse que todos poderiam ir juntos conversar com a Comissão do Conselho da Criança e do Adolescente, para se inteirarem do assunto. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri, líder de Bancada, solicitou que seu tempo fosse repassado ao liderado, Vereador Waldemar Marcurio Filho. Após a anuência do Presidente e já da tribuna, o Vereador Waldemar Marcurio Filho frisou que em nenhum momento citou o nome da criança, ou mesmo que a vítima era uma criança, ou, ainda, o fato ocorrido, não expondo a vítima, de forma alguma. Sua propositura apenas cobrava explicações sobre um fato ocorrido há um mês e meio e a resposta da Conselheira foi que o fato foi tratado como um qualquer, o que não era justo. Disse o Vereador Waldemar Marcurio Filho que não colocou a teste a integridade da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, mas sim a protelação na apuração e ela, como Assistente Social, deveria estar acompanhando de perto o triste assunto e querer vê-lo apurado o mais breve possível, e não adiar-lo, como fez. O Vereador Waldemar Marcurio Filho disse ter ouvido ameaças de que responderia a processo, e, realmente, os envolvidos podiam não fazer mais parte do PSB, partido da Vereadora Assistente Social



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luzia Cristina Côrtes Nogueira, mas o acusado foi Subprefeito de Distrito à época do Loteamento Mandaio, na outra gestão, e, sim, todos já trabalharam juntos em algum momento político, pois eram aliados evidentes. Sobre esse loteamento, aliás, citou que moradores do Distrito há mais de quarenta anos não conseguiram um terreno, enquanto que a família inteira do acusado conseguiu o feito, conforme podia apurar. Para finalizar, disse que sabia de muitas informações, e que o Ministério Público já interveio no assunto e, se depender de seu olhar, o corporativismo partidário não iria prevalecer e o acusado seria devidamente punido. “Seu comportamento mostra que você está querendo acobertar, e isso não vou admitir!” – finalizou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, referindo-se à Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves, como líder de bancada, assumiu a tribuna para dizer que já disse em outra sessão que Vereador fazia denúncia e ficara rindo, enquanto ele falava na tribuna, podiam ler as atas, e veriam que não citou o nome de ninguém. Hoje faria uma leitura de Editorial do jornal O Popular, intitulado “O voto popular usurpado”, e assim o fez: “É altamente censurável a forma como o PSB local ultraja a vontade popular e desqualifica o voto do cidadão. (...) Quando o PSB de Mogi Mirim anunciou que cogita o afastamento da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira para que o suplente Massao Hito posa assumir a cadeira na câmara, visando projetar-se como candidato a Deputado Estadual, colocou um sério questionamento sobre a orientação do partido na cidade e seu compromisso com os eleitores. Foi preciso uma articulação de bastidores para que a primeira suplente Leila Feracioli Iazetta desistisse, para que Hito venha a ocupar o cargo. É altamente censurável a forma como o PSB local ultraja a vontade popular e desqualifica o voto do cidadão. A alegação de que o mandato é do partido não se aplica ao caso, que não passa de mera casualidade eleitoral, deplorável sob todos os aspectos. A vontade popular manifesta está sendo deixada de lado, em nome da projeção de um eventual candidato, mostrando que o partido perdeu a sua identidade popular e tripudia o resultado das urnas. (...) Apenas demonstra que os membros do partido estão focados em seus



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

interesses próprios e dão as costas aos eleitores e ao resultado apurado nas urnas. Como se já não bastasse o ex-Prefeito Paulo Silva escorar-se na candidatura de sua mulher – “dona Luzia, mulher de Paulo Silva” – para manter-se em evidência.” Ao finalizar a leitura, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves encerrou a sua participação na tribuna. Em seguida, discursou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, o qual saudou os presentes e fez a sua citação referente aos loteamentos, frisando que esteve em São Paulo para incluir o Novacoop e o Flamboyant no programa “Cidade Legal” e que fosse declarado como zona de interesse social, e lá chegando, recebeu a notícia que isso não poderia acontecer, porque o bairro é regularizado. Entretanto, os senhores João Manuel Scudeler e Veiga explicaram que havia um débito de ISS, o que inviabilizava a Certidão Negativa de Débitos. Porém, havia um meio para a inserção das duas áreas na zona de interesse social, o que já era um progresso, a seu ver. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. Não havendo mais oradores inscritos, o Vereador Benedito José do Couto deu ciência do que segue: **“EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03 (TRÊS) DE 2014, “de Sessão Extraordinária”. VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO**, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 117 da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (vigente Regimento Interno), **DECIDE** convocar **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** da Câmara Municipal para o dia 07 de abril de 2014, segunda-feira, logo após o encerramento da 9ª Sessão Ordinária, destinada na “Ordem do Dia” à discussão e votação das seguintes matérias: **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no §1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 23, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal e a oferecer garantias, visando à execução de empreendimentos integrantes do “Programa Saneamento para Todos” e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. 2. Projeto de Lei nº 24, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

incorporação ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim da área de terreno de propriedade de Edgar Aparecido Leme de Araújo”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Ficam pois, os(as) Senhores(as) Vereadores(as), notificados(as) da Sessão Extraordinária em questão, nos termos regimentais. Dado e passado nesta cidade, na Secretaria da Câmara Municipal, em 04 de abril de 2014. VEREADOR BENEDITO JOSÉ DO COUTO, Presidente da Câmara.” Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 21h14, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da **"ORDEM DO DIA"**, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 20, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a conceder subvenção econômica à Associação Alma Mater II e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 20, de 2014, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafa ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Resolução nº 11, de 2013, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros “alterando e acrescentando dispositivos à redação dos Artigos 110, 113 e 151, da Resolução nº 276/2010 que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim.” Parecer da Comissão de Justiça e Redação. A autora do projeto foi à tribuna para pedir o apoio dos nobres pares para sua propositura, porque cabia aos Vereadores saber o que era melhor na condução dos trabalhos legislativos. Disse ela que as proposições em geral deveriam ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entregues até as 16 horas de sexta-feira; as proposituras para leitura poderiam ser apresentadas na segunda-feira. Em seguida, salientou que a “Ordem do Dia” deveria ser entregue na quinta-feira e, no caso de Sessões Extraordinárias, os Vereadores poderão fazer emendas às proposituras, sem a autorização do plenário. O Vereador João Antônio Pires Gonçalves disse que iria pedir destaque para o art. 113, porque não concordava com tal mudança do Regimento Interno, mas que era favorável às demais mudanças. (Posto a votos, o pedido de destaque do Vereador João Antônio Pires Gonçalves foi aprovado por unanimidade dos Vereadores). (Posto a votos, o art. 113 foi rejeitado por dez votos contrários e seis votos contrários); (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Resolução nº 11, de 2013, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, em Turno Único); (para a competente promulgação do Presidente da Câmara, nos termos regimentais do art. 195, II, do Regimento Interno). 3. Projeto de Resolução nº 1, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni “alterando a redação do artigo 98, da Resolução nº 276/2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim”, com parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Resolução nº 1, de 2014, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, em Turno Único); (para a competente promulgação do Presidente da Câmara, nos termos regimentais do art. 195, II, do Regimento Interno). **“Ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d”, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 16, de 2014, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi “dando denominação à MMR-048, localizada no Bairro Cachoeira de Cima, de ESTRADA ANTÔNIO DE ARRUDA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 16, de 2014, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“Ex-vi” do disposto no §2º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

5. REQUERIMENTO nº 115, de 2014, subscrito pela Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira “solicitando seja oficiado ao Ministério Público para que investigue sobre a contratação de médicos através do Consórcio Intermunicipal de Saúde”. Para discussão a pedido do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, o qual foi à tribuna para explicar que seu pedido se deu em virtude de que todos os pares sabiam que o Consórcio não mais atenderia por falta de médicos e que o fato já foi comunicado ao Ministério Público. O Vice-Prefeito e Secretário de Saúde, Gérson Rossi, havia convencido o Juiz a conceder 90 dias para a Prefeitura regularizar as pendências. Desta forma, como todos já tinham conhecimento dos fatos, o Requerimento nº 115/14 estava inócuo e não merecia ser aprovado pelos Vereadores. A autora da propositura, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, argumentou que fez o requerimento em ocasião que não tinha o conhecimento do que estava ocorrendo. Lembrou que desde o princípio de sua atuação como Vereadora vinha apontando fatos equivocados com relação ao Consórcio Intermunicipal de Saúde: de 4.567 médicos do programa, cerca de 600 eram estrangeiros, de Cuba. De acordo com a empresa contratada, o consórcio deve direcionar ações para a finalidade precípua de sua fundação, e apresentou várias saídas para a situação, incluindo a seleção de médicos estrangeiros. O Presidente chamou-lhe a atenção para que mantivesse a discussão a respeito do projeto da pauta e que não se desviasse do assunto. Retomando a palavra, disse discordar do Juiz que eu mais 90 dias para corrigir o erro e, se ficar sem médico, a responsabilidade era da Secretaria de Saúde. (Posto a votos, foi rejeitado o Requerimento nº 115/14 da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira por dez votos contrários e seis votos favoráveis); (arquite-se). O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para solicitar o voto englobado dos Vereadores aos itens 6 ao 11 da pauta, por se tratarem de pareceres. (Aprovado o pedido do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio por unanimidade; os despachos seguem separados, para melhor registro). **“Ex-vi” do disposto no § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno:** 6. PARECER nº 14/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete da Câmara Municipal de Mogi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mirim, relativo ao mês de Dezembro/2013. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o parecer nº 14/14 da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquivem-se os autos). 7. PARECER nº 15/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete da Câmara Municipal de Mogi Mirim, relativo ao mês de Janeiro/2014. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o parecer nº 14/14 da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquivem-se os autos). 8. PARECER nº 16/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), relativo ao mês de Novembro/2013. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o parecer nº 16/14 da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquivem-se os autos). 9. PARECER nº 17/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), relativo ao mês de Dezembro/2013. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o parecer nº 17/14 da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquivem-se os autos). 10. PARECER nº 18/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, relativo ao mês de Novembro/2013. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o parecer nº 18/14 da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquivem-se os autos). 11. PARECER nº 19/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, relativo ao mês de Dezembro/2013. (Posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o parecer nº 19/14 da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquivem-se os autos).

EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 12. Projeto de Lei nº 12, de 2014, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares “dispondo sobre alteração da Lei nº 5.306, de 2012 que institui no calendário oficial do Município a “CAMINHADA ECOLÓGICA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 “AFONSO SAMBRANA”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 12, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

promulgação, nos termos regimentais do art. 190). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). O Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo foi à tribuna para explicar os programa "Mais Médico", crido pelo Governo Federal, com o intuito de fornecer serviço médico estrangeiro para trabalhar nas regiões norte e Nordeste, locais onde não havia estrutura física para o trabalho. O governo Federal, na verdade, quis mascarar o fato, porque não faltavam médicos no Brasil. Porém, existiam médicos brasileiros que não haviam conseguido aprovação no Brasil e foram buscar os cursos no exterior e, com diplomas de outros países, usavam da brecha legal para legalizar seus diplomas no Brasil. Porém, os Conselhos Federal e Regional de Medicina eram contra tal legalização. Com relação ao Provac, tratava-se de programa específico da saúde de família e "Estratégia de Saúde na Família". Os médicos interessados poderiam se inscrever no programa e escolher o Município onde queriam trabalhar. Para finalizar, citou que apenas um médico da Provac trabalhou em Mogi Mirim, durante quatro meses, e abandonou o trabalho quando conseguiu uma residência para cumprir. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para lembrar ao Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo que o programa "Mais Médico" foi bastante discutido e as coisas e fatos que soube pela TV lhe formaram a opinião e que entraria em contato com os médicos estrangeiros que estavam trabalhando nos municípios vizinhos. Alegou a oradora que Mogi Mirim não oferecia bom salário ao médico e esse era o motivo de impedimento de contratação de médicos para a cidade. Disse ela que havia verba para pagar médicos, porque 47,36% foi o índice apurado pelo servidor Gabriel Mazon Tóffoli, antes de sair do cargo. Desta forma, deveria ser melhorado o plano de carreira e vencimentos, projeto que estava sendo estudado do Executivo, para melhorar a oferta salarial e mais médicos se interessassem em trabalhar no Município. O Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que tem conhecimento sobre o programa "Mais Médico", mas citou que os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

médicos recém-formados só trabalhavam se houvesse um bom pagamento, chamando-os de ‘mercenários’ – conforme suas palavras – e reconheceu que a discussão era complexa, julgando o programa citado como bom e valorável. Em seguida, o Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para dizer que “médicos do Paraguai não funcionam” e que comungava da opinião do Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo. Em seguida, disse que iria ler um comentário publicado no jornal, assim descrito: “Enquanto João Carteiro discursava e colocava a culpa pela suspensão das atividades contratadas do Consórcio Intermunicipal de Saúde na Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. O ex-Prefeito Paulo Silva defendeu aos gritos a esposa, o que deixou Carteiro revoltado. Na tentativa de apaziguar a situação, Luzia virou para trás e pediu que o marido ficasse calado.” Finda a leitura, o Vereador Laércio Rocha Pires disse que muitas pessoas não praticavam a democracia e havia um quebra-pau entre eles mesmos, a ponto de uma pessoa mandar a outra calar a boca. Continuando, ressaltou que foi graças ao trabalho do Gérson Rossi, Vice-Prefeito e Secretário da Saúde, que a Saúde do Município estava salva e a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira tirou proveito disso para fazer média e paralisar os serviços. O Vice-Prefeito era o maior interessado em melhorar a Saúde e resolver o problema e os Vereadores deveriam acordar e prestar atenção para as mentiras que estavam sendo ditas pelos opositores. O Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo. Voltou à tribuna para dizer que prometeu que colocaria médicos em todas as UBSs e acabar com a fila por falta de atendimento. Não havia como abrir concursos, porque o salário não era atraente e a situação era difícil. A única arma que tinha em mãos era o Consórcio Intermunicipal de Saúde, pelo qual conseguiria atrair médicos para a cidade, e isso foi feito, mesmo sabendo dos problemas burocráticos e financeiros de tal Consórcio. O objetivo era salvar vidas, os vereadores foram conversar sobre o tema com ele e não houve tempo hábil para resolver, porque foi feita uma denúncia de um problema que já era do conhecimento do responsável, e estava sendo resolvido, pois envolvia burocracia, mas a consequência apareceu: paralisou o atendimento ao paciente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“O que fizeram com a saúde foi um crime. Tentando resolver papel, muitas vidas ficaram expostas. Cinoê, me desculpe, o Gérson não é incompetente.” – frisou o Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo, eu reconheceu o bom trabalho do atual Secretário de Saúde, Gérson Luiz Rossi Júnior, também Vice-Prefeito, pessoa digna, inteligente e de boa vontade, que mostrou a verdade ao Poder Judiciário, que concedeu mais 90 dias para que o Executivo “conserte a casa”. Por fim, o orador convidou os nobres pares para ajudá-lo na luta pela melhoria da Saúde, com atos concretos, e não denúncias inócuas, que só atrapalhavam o bom andamento dos trabalhos. O Presidente Vereador Benedito José do Couto disse em outra oportunidade que a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi infeliz na denúncia que fez, o que vinha ao encontro do pensamento do Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo. “Preocupada com papéis, enquanto vidas ficaram para trás... exatamente o que eu disse em outra oportunidade, e agora o Vereador Doutor Ary Augusto Reis de Macedo veio confirmar minhas palavras. Isso tem sentido!” – registrou o Vereador Benedito José do Couto, de seu lugar na Presidência. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira voltou à tribuna para dizer que existia uma equipe para estudar e solucionar os problemas da Saúde de Mogi Mirim e não admitia que colocassem sobre ela a responsabilidade de um resultado ou de uma ação que não foram estudados no passado. Lembrou que em todas as legislaturas haviam Vereadores que estudavam casos e apontamentos do que estava incorreto e cabia à Justiça e outros encontrarem as saídas. “Tenho o meu papel, diferente da área da Educação, da Saúde e da Assistência Social. Cumpro o meu papel de Vereadora. Não só denunciei como fui buscar saídas, vou investigar ações em outros Municípios.” – finalizou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. O Senhor Presidente determinou fosse guardado um respeitoso minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores AMÍLCAR ABNER DE CAMPOS ADORNO, Doutor LUÍS FRANCISCO FERREIRA MILANO e MILTON ANTÔNIO VITAL. Cumprida dita providência e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 10h27 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A